"Quão Difícil Nos Temos Movido"	**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS** **COMUNICADO NACIONAL 20/12** **20 de Novembro de 2012**	EUROMIL *Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.*
	Esclarecimentos Exigem-se!	

Bem podem os diversos responsáveis pela tutela da Defesa Nacional ou responsáveis militares tentar fazer passar a imagem de que a instabilidade, o mal-estar e a insegurança não existem no seio dos militares. Os factos e os números desmentem e demonstram claramente o contrário.

Depois das afirmações do ministro da Defesa Nacional, em cerimónia do Dia do Exército, nas Caldas da Rainha, depois das declarações do mesmo ministro no debate sobre o Orçamento de Estado, na Assembleia da República, no passado dia 5 de Novembro, depois do sucedido aquando da visita ao Centro de Formação Militar e Técnico da Força Aérea, na Ota, em que vários militares usaram de férias pessoais para não estarem presentes naquele dia e outros abdicaram de almoçar para que o não fizessem ao mesmo tempo que o MDN, a resposta dada por muitos milhares de militares e famílias vindos de todo o país, nas ruas de Lisboa, no passado dia 10 de Novembro, retira qualquer sustentação às afirmações que o Ministro da Defesa Nacional e outros responsáveis tenham feito, façam ou possam vir a fazer.

Muito bem diz o povo português, na sua secular sabedoria, que *"não há pior cego do que aquele que não quer ver"*. Nós afirmamos que o mais grave é pretender cegar aqueles que vêm e por isso denunciam a falta de seriedade com que têm sido conduzidos os processos que aos cidadãos em geral, e aos militares em particular, dizem respeito.

A instabilidade e insegurança já latentes no seio dos militares e suas famílias, particularmente desde o início de 2005, muito se agravaram com a entrada em funções do actual governo face às medidas que desde então foram sendo implementadas, mesmo contrariando todas as promessas eleitorais que lhes permitiram chegar ao poder.

Mas o texto da proposta de Orçamento para 2013 veio agravar este clima de insegurança e de instabilidade, acrescentando-lhe agora um grave sentimento de indefinição pela forma como está apresentado o texto, particularmente no que aos cidadãos militares diz respeito. Estes factos levaram ao aparecimento de centenas (por ramo) de pedidos de passagem à situação de Reserva até ao final do corrente ano, mais uma vez contrariando a errada imagem que o MDN pretende fazer passar para a opinião pública.

Paralelamente a estes requerimentos, surgiram igualmente em número muito significativo, exposições/requerimentos, lealmente dirigidos aos chefes militares, solicitando os necessários esclarecimentos sobre a indefinição resultante do texto do Orçamento. Quando o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional afirma publicamente que as medidas propostas foram elaboradas em consonância com os chefes militares, mais se agrava o sentimento de preocupação. Se é verdade o que afirmou o SEADN fica a preocupação pela forma como está a ser conduzido o futuro dos militares pelos seus mais altos representantes. Se não é verdade, então fica bem patente, mais uma vez, a falta de respeito com que os responsáveis políticos tratam os militares, nos seus diversos patamares de responsabilidade e níveis de intervenção. Tardam as explicações e agrava-se o sentimento de instabilidade e insatisfação.

Entretanto avolumam-se os requerimentos solicitando a passagem à situação de Reserva que mais não são que a expressão concreta da instabilidade, insatisfação e desmotivação.

Associação Nacional de Sargentos R. Barão de Sabrosa, 57 • 2º • 1900-088 LISBOA • Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 49 58 • E-mail: contacto@ans.pt

Tarda também o necessário esclarecimento público sobre as enganadoras afirmações do ministro Miguel Relvas relativamente aos subsídios recebidos por militares. Convém clarificar que se há militares que os receberam no todo ou em parte, deve-se ao facto dos seus vencimentos estarem abaixo do limite a partir do qual todo o subsídio é cortado. Um responsável governativo que procura manipular a opinião pública desta forma, tentando virar os cidadãos contra os seus militares, demonstra bem a preocupação sentida face à iniciativa do passado dia 10 de Novembro. A demonstração de confiança que inúmeros cidadãos protagonizaram ao aplaudirem os seus militares durante o percurso pela Rua do Ouro e Rossio, acentuou essa preocupação por parte dos responsáveis governativos e motivou algumas afirmações pouco sérias, se não mesmo enganadoras, sobre a realidade vivida pelos militares.

Tarda igualmente a clarificação e necessárias explicações sobre o futuro da assistência social complementar e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, e sobre as alterações introduzidas nesta obra social à revelia daqueles que lhe deram corpo e razão de existir.

Tarda ainda a defesa da manutenção do mecanismo de comparticipação no pagamento do preço dos bilhetes de comboio para os militares, esclarecendo a população que os militares das Forças Armadas nunca tiveram transportes gratuitos. Importa que as entidades responsáveis esclareçam os portugueses sobre o protocolo existente entre a CP e o MDN.

Mas estes são apenas alguns dos muitos aspectos que levam ao descontentamento com o texto da proposta de Orçamento de Estado. Muitas outras matérias ali inscritas perspectivam o efectivo empobrecimento dos cidadãos portugueses e, por consequência retiram condições para que possamos, todos juntos, ajudar a recuperar o país. Não deixa de ser evidente que mais uma vez o governo venha utilizar o mecanismo de *"prometer o inferno e dar depois o purgatório para que ainda fiquemos gratos e a dever dinheiro"* quando se anuncia um pretenso recuo de 0,5% na sobretaxa de IRS. Não nos deixemos iludir! O que se trata não é de pagar menos 0,5% mas sim de passar a pagar mais 3,5%! Ou seja, fazer vigorar em 2013 o que já está em vigor em 2012.

Por estas razões e por todas as outras subjacentes ao compromisso que, enquanto militares, assumimos para com as nossas famílias e para com o povo português em geral, não podemos deixar de apelar à participação nas iniciativas agendadas para o próximo dia 27 de Novembro. Logo pelas 09H30, assistindo à votação final global nas galerias da Assembleia da República, numa clara demonstração dos nossos direitos enquanto cidadãos militares. Mais tarde, a partir das 18H00, participando e apoiando a Vigília a realizar junto da residência oficial do Presidente da República que, também na sua condição constitucional de Comandante Supremo das Forças Armadas, deverá ser sensível aos apelos dos seus concidadãos no sentido de não promulgar este projecto de Orçamento de Estado, antes suscitando a fiscalização preventiva do mesmo para as suas eventuais inconstitucionalidades.

Reafirmamos à massa associativa que nos elegeu para dirigir os destinos da ANS, mas também aos Sargentos de Portugal, às respectivas famílias e aos cidadãos que continuam a confiar e a acreditar nos seus militares, a nossa total disponibilidade para, na nossa esfera específica de competências, ajudar a encontrar caminhos e soluções para a construção de melhores condições para o exercício da nossa missão militar e para a qualidade de vida das nossas famílias.

Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, **vamos continuar com dignidade, coragem e determinação, a construir o futuro!**

A Direcção
Lisboa, 20 de Novembro de 2012

Associação Nacional de Sargentos R. Barão de Sabrosa, 57 • 2º • 1900-088 LISBOA • Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 49 58 • E-mail: contacto@ans.pt